

A moratória branca e o cansaço do País

O último ato da moratória branca (e branca) que o governo brasileiro acaba de pedir aos seus credores em Nova York consistiu na canhestra tentativa da dupla principal de negociadores — Delfim Neto e Ernane Galvêas — de vender gato por lebre aos telespectadores da principal rede nacional. Ajudados pela inocência de um jornalista de extensa notoriedade e escassa profundidade, cujas perguntas aparentemente agressivas não chegaram em nenhum momento ao essencial, isto é, ao que o Brasil havia realmente pedido na reunião, os dois se apresentaram de biquini, revelando todos os acessórios e escondendo o principal.

Com isso, a maior rede de televisão do País foi mais uma vez furada pelos jornais do dia seguinte, pois se esqueceu de informar, no seu noticiário de fim de noite, que as autoridades brasileiras haviam pedido em Nova York a reforma automática de amortizações de empréstimos cuja carência termina no ano que vem, num valor limite de quatro bilhões de dólares e seu adiamento por mais 30 meses.

Isto é, na prática, um pedido de moratória parcial. Feito de maneira hábil, convenhamos, negociada e não unilateral. Vários empréstimos levantados pelo Brasil há tempos tinham prazos de carência de três anos, ou seja, durante os três primeiros anos não foram pagas amortizações. Estas carências terminariam no ano que vem. O que o governo brasileiro pede em última análise é uma prorrogação de carências por mais 30 meses, de modo que um total de quatro bilhões de dólares de amortizações novas sejam adiados, ficando para o ano que vem apenas amortizações já correntes, no valor de 7,2 bilhões de dólares.

Não há dúvida de que a fórmula tem aceitabilidade, uma vez que os bancos estrangeiros ainda não contavam efetivamente com tais recebimentos. Não sofrerão, portanto, um decréscimo no fluxo de caixa, mas apenas um adiamento do aumento desse fluxo, e em compensação terão menos desembolsos com empréstimos novos para sustentar a posição brasileira no ano que vem.

A fórmula é até elegante e mereceria, por isso mesmo, ser esmiuçada em público. Mas seus autores, cedendo ao vício de continuar escondendo tudo, foram mais uma vez para a televisão tergiversar e desconversar, tentando apresentar uma moratória com outro nome.

É preciso que o público saiba, todavia, que nada está resolvido ainda. Os bancos credores não disseram que aceitam a fórmula, embora estejam propícios a aprová-la e não tenham muita escolha. Mas mesmo com total apoio deles — o que é duvidoso, pois alguns regatearão e certamente o governo brasileiro obterá menos do que pretendia — ainda haverá muitos senões.

Em primeiro lugar, o esquema funcionará se o déficit em transações correntes no ano que vem for mesmo de apenas 6,9 bilhões de dólares, o que ninguém garante. Em segundo lugar, se houver empréstimos para projetos e créditos de fornecedores de 4,1 bilhões, o que não é muito fácil; e se também houver investimentos diretos de 1,5 bilhão. Mas, mesmo que tudo corra perfeitamente dentro do esquema montado, ainda chegaremos ao final de 1983 com um volume de reservas de 4,8 bilhões de dólares, e certamente apenas uma parcela disto realmente em reservas líquidas. Em suma, temos um esquema montado que apresenta sérias dificuldades para ser concretizado e que ainda que tenha pleno êxito nos deixará em periclitante situação de caixa, no final do próximo ano.

Concordamos em que de fato não é construtivo, nesta hora, ficar procurando culpados. Mas as autoridades deveriam ter pudor nas suas tentativas de atribuírem toda a culpa a fatores alheios aos governos que tripudiaram sobre o bom senso e a prudência. O ministro Galvêas, por exemplo, não precisava dizer em Nova York que "não fomos nós que aumentamos os preços do petróleo, ou o nível das taxas de juros, e também não fomos nós que começamos a recessão". Todo mundo sabe disso. Mas fomos nós que nos metemos em gastos mirabolantes e assim nos expusemos levemente aos impactos dos juros, da recessão externa e mesmo dos preços do petróleo. Aliás, isso é indiretamente reconhecido por seu compará-lo administrativo, o ministro Delfim Neto, que, perante os banqueiros, em tom até um pouco implorante, diz que "precisamos apenas de um pequeno espaço de tempo para fazer, nos próximos dois ou três anos, o ajustamento que todos nós — todos os subdesenvolvidos e alguns desenvolvidos — deveríamos ter feito ao longo dos últimos dez anos".

Já houve neste país um presidente que propôs um salto à frente de 50 anos em cinco. Agora temos um ministro convicto de que precisamos, em três anos, saltar dez para trás. Não obstante, vai a televisão dizer para a massa que isso não é nada, e que tal ajuste não exigirá sacrifícios de ninguém — como se todos os telespectadores fossem débeis mentais.

Não é por outra razão que tantos empresários, inclusive muitos que dependem do governo, começam a reagir com veemência e até com violência. O presidente Figueiredo precisa entender que o País está cansado, está cheio, para usar um termo chulo, da sua equipe de tecnocratas. A causa da irritação não é mais a dose de sacrifício que todo mundo sabe que vai ter de enfrentar nem chega a ser uma grande discordância a respeito do que precisa ser feito: é contra a empulhação contumaz e sistemática que poluiu nos últimos dez anos as relações entre governos e setores responsáveis da opinião pública, e que ainda agora tenta prosseguir, bisonhamente, desmascarada e desmoralizada, mas insistente. Está claro que só o chefe do governo poderá mudar a face deste governo e continuamos convencidos de que o período grave que atravessaremos exige a substituição de todos os caras de pau por gente nova, descomprometida, que inspire a confiança sem a qual não sairemos do atoleiro.

A esperança, felizmente, não repousa nas atitudes e nos trejeitos dessa gente que instituiu

nalizou a tapeação. Mas sim nas iniciativas de um homem que em boa hora assumiu um posto importante nos EUA: o secretário de Estado George Shultz, que ainda ontem afirmava ser sua principal meta produzir uma expansão da economia internacional em 1983, pois esse é, segundo ele, o principal problema político na esfera internacional. Nós não apenas concordamos, como vemos aí a única possibilidade efetiva de o esquema brasileiro para o ano que vem funcionar tal como foi apresentado aos credores. É até engraçado o ministro Delfim Neto dizer que se obtiver o que pretende o Brasil não pagará as amortizações no ano que vem, e, se não obtiver, pagará. Pagará com quê?